



Instituto de Ciências Humanas

Departamento de História

**Biografia e recordação: novas perspectivas para o fato
histórico**

Bibiana Soyaux de Almeida Rosa

Brasília, 2014

Bibiana Soyaux de Almeida Rosa

**Biografia e recordação: novas perspectivas para o fato
histórico**

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília para a obtenção do grau de bacharel/licenciado em História, sob a orientação da Prof^a Dr^a Teresa Cristina de Novaes Marques.

Brasília, 2014

RESUMO

O debate sobre a biografia tomou fôlego na historiografia em meados do século XX. Dentro de várias mudanças que a historiografia passou – o retorno da narrativa, a nova história política, a escola dos Annales, etc -, este gênero apareceu como forma de reforçar a busca pela dimensão individual na história e dar personalidade ao sujeito histórico. Ou seja, a biografia veio em defesa da história plural. A partir disso, o presente trabalho tem como objetivo apresentar de que forma a biografia é relevante para a historiografia ao mediar e estabelecer novas relações entre a história e memória. Ainda, a partir da análise da atuação da feminista Bertha Lutz na Conferência de São Francisco, mostrarei como o método biográfico, se utilizando da memória individual, pode fornecer outras perspectivas para o evento histórico.

Palavras-chaves: História e Memória, Biografia, Bertha Lutz, Conferência de São Francisco.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1. OS SENTIDOS DA ESCRITA BIOGRÁFICA	8
2. ENTRE A MEMÓRIA E O ACONTECIMENTO	14
2.1 Bertha Lutz e a Conferência de São Francisco	14
2.2 História e Memória: a biografia como ponte	21
CONCLUSÃO	24
REFRÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26

Introdução

Este trabalho tem como objetivo apresentar a biografia como um método historiográfico relevante para lançar novas luzes e oferecer perspectivas à narrativa histórica. A dimensão individual da experiência vivida que a escrita biográfica nos fornece enriquece o trabalho historiográfico, possibilitando a exploração de sujeitos históricos plurais e com consciência, em contraposição àquele sujeito histórico singular e universal que a historiografia moderna consolidou desde o século XVIII.¹ A partir da análise da trajetória política de uma importante feminista brasileira, Bertha Lutz, irei apresentar uma discussão acerca da memória e suas relações com a história. O foco da análise será a participação de Bertha Lutz como delegada representante do Brasil na Conferência de São Francisco, em 1945.²

A proposta, portanto, é mostrar que a relação entre um evento histórico e seus significados a partir da lembrança de um indivíduo dão novas perspectivas para a narrativa histórica. Dessa forma, estabeleço uma reflexão sobre a relação entre história e memória (com ênfase na diferença entre memória individual e coletiva) que tem como ponte a biografia. Aleida Assmann, em “Espaços da Recordação”, trata do tema da memória e contrapõe dois tipos de concepções a respeito da relação entre memória e história: aquela que as consideram extremos opostos, e aquela que as consideram sinônimos. Segundo ela, ambas as visões são insatisfatórias.³ Apoiada no pensamento dessa autora, considero que memória e história são formas de recordação, ou seja, duas formas de se representar o passado que não são opostas, mas que se relacionam entre si. E a biografia é um gênero narrativo que opera muito bem essa relação.

Nesse sentido, a partir de métodos biográficos e da análise de documentos de cunho pessoal de Bertha, percebe-se a existência de várias visões e versões do que foi a Conferência de São Francisco, para além da versão mais tradicional apresentada pela historiografia política ou das relações internacionais.

¹ A produção historiográfica, a partir do século XVIII, excluiu as ações e intenções individuais da narrativa histórica. Com isso, a modernidade consolidou uma história que abandonava os sujeitos plurais para construção de uma história única. Segundo Sabina Loriga, a causa desse abandono da pluralidade se deve às mudanças do pensamento científico e filosófico na modernidade. Loriga, 2011: 12 – 14

² Entre maio e junho de 1945, delegações de cerca de 50 países alinhados com as forças anti fascistas se reuniram em São Francisco para redigir a Carta das Nações Unidas.

³ Assmann, 2011: 147

Primeiramente abro a discussão com um breve exame da questão da biografia na historiografia, dando mais ênfase à guinada que o gênero apresentou a partir de meados do século XX.⁴ A escolha deste ponto de partida se explica pelo trabalho de pesquisa que realizei por um ano no âmbito no programa de iniciação científica, durante a graduação. O trabalho fez parte do projeto “Museu Virtual Bertha Lutz”, desenvolvido na Universidade de Brasília, com o auxílio do CNPq, cujo objetivo tem sido o de reunir documentos e textos que registrem a trajetória política de Bertha Lutz.⁵

A minha pesquisa teve como objeto a participação de Lutz no esforço de reconstrução do mundo ocidental, iniciado no último ano da guerra no front europeu. Esse esforço coletivo promoveu a discussão internacional acerca das desigualdades políticas e jurídicas entre homens e mulheres, produzindo como resultado a inserção do princípio da igualdade entre os sexos na Carta da ONU, elaborada na Conferência de São Francisco, entre maio e junho de 1945.⁶ A proposta era de que a investida de Lutz na via diplomática, que teve início na conferência de Montevideo, em 1933, constituía uma saída política para a sua luta pelos direitos civis das mulheres no Brasil, ou seja, uma ação orientada pela sua pauta política que era o de garantir direitos civis e políticos às mulheres brasileiras.

O contato com a documentação típica do trabalho do biográfico, aliado ao estudo aprofundado sobre a trajetória de Bertha Luz no movimento feminista, fez despertar em mim o interesse pelas discussões que envolvem o indivíduo e suas intenções pessoais dentro dos eventos históricos. E mais, esse conjunto de problemas me impulsionou para o estudo da memória e de sua relação com a escrita da história. Por tais motivos, optei por me aprofundar nos aspectos teóricos que envolvem a biografia.

Problematizando, portanto, a relação entre eventos históricos e as memórias a seu respeito, irei me debruçar sobre a Conferência de São Francisco ao apresentar os registros que envolvem a delegada Bertha Lutz. A partir de registros oficiais do

⁴ A biografia ganhou novo fôlego com as mudanças que o campo historiográfico sofreu desde meados do século XX. Agora o foco da biografia seria em pessoas comuns, dando lugar a novos sujeitos e perspectivas para história. Essa guinada foi influenciada também pelo surgimento da história cultural, pela busca pela história dos oprimidos e por novas noções de experiência. Loriga, 1998: 244 -245

⁵ ROSA, Bibiana. O feminismo no Brasil e seus diálogos internacionais. Trabalho referente ao Edital de 2012 do CNPq, sob orientação da prof^a dr^a Teresa Cristina de Novaes Marques.

⁶ Para saber mais sobre a participação feminina na Conferência de São Francisco, conferir a obra da historiadora Leila J. Rupp: *Worlds of Women: the making of na international women's movement*.

Itamaraty e as impressões pessoais de Bertha, pretendo construir um relato mais vívido desta reunião, dando outro sentido para a experiência vivida. Ainda, justifico a utilização de métodos biográficos e a escolha de novas perspectivas analíticas para o estudo de eventos que, à primeira ordem, parecem estar esgotados. A Conferência de São Francisco, por exemplo, é um tema que já foi bastante estudado, principalmente pela historiografia política e de relações internacionais. Lanço a questão: o prisma apresentado por esta literatura convencional esgota e contempla todos os aspectos do acontecimento?

A resposta óbvia é que não. Já é ponto pacífico a ideia de ser impossível relatar ou compreender o passado em sua totalidade. No entanto, é importante ressaltar que ainda existem perspectivas que não são tão exploradas quanto poderiam. Principalmente quando se trata de eventos já canonizados pela historiografia política ou econômica, muitas vezes os atores individuais e a colocação de novas questões são deixados de lado. Por isso ainda se faz necessário discutir a inserção de novos sujeitos históricos e, até mesmo, de novas formas de se escrever e se pensar a história.

A partir daí, me aprofundarei um pouco mais sobre a questão da memória: sua relação com a história, e os tipos de memórias - que para fins deste trabalho, seriam a individual e a coletiva.⁷ Levando em consideração os registros deixados por Bertha, relaciono a memória individual com a memória coletiva, já que a memória individual, quando inserida em um trabalho historiográfico, ajuda a construir a memória coletiva. Memória coletiva é a que se relaciona a um grupo específico. No caso de Bertha, fica claro que ela organizou e selecionou a documentação que iria restar a seu respeito. Dessa forma, podemos sugerir que houve por parte dela a preocupação em moldar e influenciar a memória que seria construída a seu respeito e, por consequência, a forma como o movimento político e ideológico de que ela fazia parte seria recordado. A relação, portanto, entre a recordação e a história passa pela escrita biográfica. E os estudos recentes sobre memória e recordação podem dar mais fôlego para a biografia, assim como a biografia também lança novas perspectivas para este tema.

⁷ Aleida Assman, em *Espaços da recordação*, divide a memória em memória individual – que se refere à experiência vivida –, e a memória coletiva, ou cultural. Além destas, há também a memória comunicativa, que é o repertório de tradições e símbolos que liga até três tradições, conferindo-lhes uma mesma identidade. Assman, 2011: 17

1. Os sentidos da escrita biográfica

A modernidade promoveu mudanças significativas na forma de se encarar e de se escrever a história. Além de invocar a incerteza sobre a capacidade humana de conhecer de fato o mundo a partir dos sentidos, os tempos modernos exigiram das ciências humanas rigidez metodológica e o desenvolvimento de bases científicas. Isso, para a história como disciplina, teve consequências que acompanharam a historiografia até o século XX: a mudança de uma história plural para uma história única.⁸

A pluralidade, portanto, caiu em detrimento da similaridade. A história se consolidou como uma disciplina que devia dar conta do todo, proporcionando uma visão geral dos fatos. A consequência, segundo Sabina Loriga, é uma desertificação do passado: ao deixar motivações pessoais de lado, e a não pensar nos seres humanos como sujeitos históricos cheios de intenção, os historiadores tiram a vida da história e apresentam um relato sem sujeito.⁹ Ou seja, a história se resumia a grupos tipificados, como os burgueses, os camponeses, os reis, etc. É por isso que Sabina Loriga defende o resgate da dimensão do indivíduo na história. Este tipo de narrativa, que propõe a construção da biografia de algum indivíduo, transborda os limites do conhecimento histórico e avança sobre outras disciplinas: psicologia, literatura. Além do mais, não se trata de um indivíduo comum, solto na multidão. É alguém com trajetória pública reconhecida e que tenha relação com algum grupo ou relevância no decorrer de algum evento. A biografia, portanto, apresenta uma relação complexa com a história.

É por isso, como forma de evitar tais problemas teóricos, que proponho apresentar, nesse trabalho, a biografia como um gênero textual importante para a historiografia, uma vez que seus métodos e sua própria essência nos proporcionam uma diferente relação entre o texto histórico e o passado. Ou seja, a biografia possibilita ao historiador criar uma relação entre o texto e o “extra texto”, o que dá outro sentido à experiência vivida e acaba por enriquecer a escrita histórica.

⁸ Reinhart Koselleck, em Conceito de história, define esses dois tipos de história: a história plural ele denomina como *die Geschichten*, enquanto a história única ele denomina *die Geschichte*.

⁹ Sabina Loriga, em seu livro ‘O pequeno X’, se dedica a falar da biografia como um gênero relevante para dar outro sentido à experiência história. Ou seja, resgatar a dimensão individual que a modernidade excluiu. Loriga, 2011. P. 13

Dentre as discussões na historiografia, geralmente se assinala as diferenças que existem entre a história e a biografia. Desde que a história se consolidou como ciência, assumindo seu papel como *Historie Magistra Vitae*, esse abismo encontrou seu máximo. A preocupação da história pelo coletivo ofuscava a importância do individual. Essa discussão a respeito da relação entre a história e a biografia não é estática, mas passou por diversas mudanças. Tal debate remonta até a Antiguidade.

Arnaldo Momigliano, importante historiador que dedicou muito de seu trabalho a escrever sobre o campo historiográfico, define biografia como o relato de uma vida, bem como o termo sugere. Momigliano se dedicou principalmente a estudar e escrever sobre a biografia grega clássica, ou seja, a história antiga do termo e do gênero. Com isso, ele apresenta as raízes do gênero dentro da tradição ocidental, e já demonstra que desde então a biografia apresentava diferenças e de forma alguma não se equiparava à história.

Na Idade Antiga, as fronteiras entre a biografia e a história também mudavam bastante. Por muito tempo a questão da pluralidade pautava essa relação. Para Tucídides, a biografia era um tipo de escrita popular e com uma apelação desmedida para o público, aponta Momigliano em ‘Desenvolvimento da biografia grega’.¹⁰ Políbio, ainda, estabelecia a diferença a partir do objetivo da história, que não estava limitado a um único tema, mas sim à síntese geral. Em termos gerais, a biografia na tradição grega clássica era considerada uma arte menor, se comparada à história, justamente por tratar do particular.

Olhando nesse sentido, vemos que a relação entre a biografia e a história envolve mais que uma discussão de gênero literário. Dentro da cultura clássica grega, essa discussão atinge questões ainda mais amplas de estilo, discussões que envolviam o valor das artes, o local da retórica e a diferença em a história e a poesia.¹¹ Em a *Poética*, de Aristóteles, por exemplo, a poesia era considerada uma arte maior, pois tratava de eventos gerais e possíveis, enquanto a história lidava com o particular e com o real.

Percebemos isso mais nitidamente ao comparar os dois modelos clássicos de história: Tucídides e Heródoto. Na percepção de história que retiramos dos escritos de

¹⁰ Momigliano, 19983: 40

¹¹ Loriga, 1998: 229 - 230

Hérodoto, fica clara a diferença que a questão do particular e do geral suscita. Aqui, quando comparada com a biografia, a história é considerada mais válida, uma vez que se comparada a este gênero, é a história que lida com os eventos gerais.

Apesar de promover mudanças e rupturas dentro do gênero biográfico, a modernidade manteve essa relação entre a biografia e o relato de homens que são destaque. A diferença, aqui, é que o homem a ser retratado já não é perfeito e heroico como os que apareciam nos relatos da Idade Antiga ou Idade Média. Dentro da modernidade, Sabina Loriga, em um artigo seu chamado 'A biografia como problema', destaca dois tipos de homens que eram contemplados dentro da biografia da Idade Moderna. O primeiro é o que ela chama de homem patológico. Ele representa a individualidade e a experiência particular em contraposição à ideia moderna da evolução do espírito humano. Ou seja, fica escancarada a fragilidade humana e a decadência da natureza humana diante de toda aquela ideia de progresso e da cientificidade. Nesse sentido, ela cita Burckhardt para ilustrar essa ideia: para ele o centro da história era o homem mortal, que sofre e vive os fenômenos da história.

O segundo é o homem partícula. Para apresentar esse segundo tipo de homem personagem das biografias modernas, ela cita as biografias históricas de Hippolyte Taine.¹² Para esse autor a história deve se basear na psicologia e, portanto, analisar e procurar as vontades e as intenções e ações individuais daqueles que participam dos eventos históricos. Para ele, não poderia haver essa diferença entre o geral e o particular na história. Por isso, aponta Loriga, nas mãos dele a biografia acabou por se deter muito no particular, se debruçando mais nos motivos pessoais por detrás de determinadas ações, do que o desenvolvimento dos fatos.

Percebemos, portanto, que houve uma crise do heroísmo dentro da biografia. Mas, a biografia em si, como gênero literário, também entrou em crise e descrédito. Uma das principais críticas direcionada ao texto biográfico era de que se tratava de uma simples narrativa cronológica que compilava principais fatos da vida de um sujeito. Além disso, com o marxismo e a história engajada em analisar as relações sociais, as explicações estruturalistas tiraram de cena o aspecto individual dos acontecimentos. A

¹² Hippolyte Taine foi um historiador crítico da sociologia positivista e um defensor do naturalismo, ou seja, defendia a análise dos acontecimentos a partir de três fatores determinantes: o meio ambiente, a origem e o momento histórico Loriga, 1998: 241

consolidação da formação de estruturas explicativas e formativas para a história fez com que categorias de classe substituíssem o indivíduo.

Esse cenário começou a ser alterado em meados do século XX. Principalmente com Edward P. Thompson, na década de 1960, que quebrou a imagem estática e amorfa da classe operária consolidada principalmente pela obra de Karl Marx, dando voz e consciência para esses indivíduos. Junto com ele, uma historiadora importante para a formação da história cultural é Natalie Zamon Daves. Os dois, segundo Suzanne Desan, formam um par de historiadores que colaboraram com a historiografia ao proporem novas formas de análise cultural do comportamento e das atitudes de uma sociedade (Desan, 2001).¹³ Outro exemplo importantíssimo é o historiador Carlos Ginzburg, com sua obra renomada ‘O queijo e os vermes’, que conseguiu ilustrar uma realidade medieval a partir da vida de um único moleiro do século XVI.

Todas essas mudanças e novas propostas metodológicas denunciavam a insatisfação que a explicação monolítica que a história universal gerava. Percebe-se que as mudanças que a historiografia passou a partir da década de 1960 promoveram também o resgate da biografia. A busca por outros prismas e perspectivas, para além da história política ou econômica, fizeram com que os historiadores se interessarem por buscar acessos para compreender a ação e presença de outros setores da sociedade, buscando outros aspectos para serem abordados. Sendo assim, a busca pelo indivíduo pareceu ser necessária dentro desses novos projetos de história que foram surgindo.

Sendo assim, a biografia que foi resgatada tem como alvo pessoas comuns, ou aqueles setores da sociedade que, segundo Michelle Perrot, são os excluídos da história. É justamente nesse contexto de resgate daqueles que não aparecem nas fontes oficiais, e na tentativa de dar rostos e vida às categorias de massa, que a biografia se adapta às necessidades do presente e serve à historiografia. A biografia, assim, aparece como um gênero que proporciona novos métodos de se fazer história que contemplem o cotidiano, o comum, ou seja, que dá um novo significado para a experiência vivida.

Chamo atenção aqui para a valorização antes dos métodos biográficos do que o gênero textual em si. A preocupação de dar outras perspectivas para história e para o passado, além do resgate daqueles que haviam sido esquecidos pela historiografia

¹³ Suzanne, 1962: 63-96.

oficial e política, podem ser trabalhadas a partir de seu uso pelo trabalho historiográfico. O método biográfico, principalmente quanto às fontes utilizadas, fornece outro sentido à experiência vivida e nos abre outras portas e janelas para o passado.

É nesse sentido que o resgate da biografia, bem como a valorização de seus métodos, colabora com a escrita histórica. Ao construir novos sentidos para o fato histórico: a biografia dá vida à narrativa histórica, estabelece um vínculo importante e vivo entre o texto narrativo e o passado. Indo além, a problematização da memória na historiografia também tem muito a oferecer para a escrita biográfica.

As discussões a respeito da relação entre história e memória nos permitem pensar melhor o lugar da recordação dentro do estudo do passado. A possibilidade de se considerar a memória de um indivíduo, bem como suas impressões e significações do passado, enriquecem o processo da construção narrativa do historiador sobre o passado. Não significa, evidentemente, equiparar a memória individual (ou coletiva) à memória, mas considerá-la como uma boa porta de acesso ao passado enriquece as interpretações acerca do passado. Assim, o surgimento da história oral e o estudo da memória pela história também fizeram parte desta virada historiográfica do século XX e colaboram com a inserção do indivíduo na história.

Neste mesmo contexto, vimos surgir a preocupação na historiografia de se recuperar a figura da mulher no passado. A busca pelo papel feminino na história sempre foi uma necessidade e um desafio para o movimento feminista. A luta pelos direitos sociais e políticos da mulher estimulou também a formação de um movimento dentro do âmbito intelectual que promoveu a inserção da presença da mulher como sujeito histórico.¹⁴ Ou seja, é claro que a historiografia do gênero e das mulheres não pode ser pensada sem se pensar também o movimento político feminista.

A trajetória da história das mulheres, portanto, foi impulsionada pelo movimento social e político das mulheres, e por vezes respondeu às demandas de vários feminismos que foram se desenvolvendo. Mas vale ressaltar que os feminismos, como movimento político, não corresponde diretamente à produção historiográfica a respeito das

¹⁴ Matos, 2009:

mulheres, principalmente no que diz respeito a objetivos e problema ideológicos.¹⁵ Até porque essa demanda por novas formas de se escrever a história, a exigência de se contemplar novos sujeitos históricos e a busca por novas metodologias não ficou restrita à história do gênero.

¹⁵ Em "História das mulheres: as vozes do silêncio", Mary del Priore chama atenção para o desenvolvimento da categoria 'gênero' como uma categoria importante para novas análises históricas e, baseada nisso, defende a necessidade de separar o feminismo como movimento político da produção historiográfica, principalmente quanto a fatores ideológicos. Del Priore, 1998: 217-236

2. Entre a memória e o acontecimento

2.1 Bertha Lutz e a Conferência de São Francisco

Dentro da proposta de utilizar o método biográfico como forma de iluminar outras dimensões de um evento histórico, dedicarei esta seção para analisar a atuação da delegada brasileira Bertha Lutz na Conferência de São Francisco. Como foi elucidado acima, não se trata de propor uma narrativa acerca da vida de Lutz, mas sim de destacar suas ações individuais – que tem um background baseado em sua vivência, claro – e com isso demonstrar outros aspectos que envolvem a discussão política dentro da Conferência de São Francisco em 1945. Com isso em mente, primeiramente irei apresentar informações mais cruciais sobre nossa personagem, principalmente quanto a sua atuação dentro do movimento feminista brasileiro, para depois passar para a análise de seus registros sobre a Conferência.

Bertha Maria Julia Lutz nasceu em 1894, filha da inglesa Amy Fowler e do médico Adolfo Lutz. Concluiu sua formação em Ciências Naturais na Sorbone da França, no ano de 1918. Enquanto esteve fora, Bertha conheceu os movimentos feministas da Europa e dos Estados Unidos, em especial o sufragismo inglês, momento em que travou amizades com as feministas, mantidas pelo intercâmbio de cartas quando da sua volta para o Brasil.¹⁶

Já no Brasil, Lutz se tornou líder do grupo feminista que obteve sucesso na causa do sufrágio feminino. Foram ela, junto com as colaboradoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), as responsáveis pela articulação política que se iniciou no Congresso nos anos 1920 e que resultou na aprovação do voto feminino, em 1932. A luta dos direitos civis das mulheres no Brasil não foi tarefa fácil e o caminho das questões feministas no Congresso brasileiro sempre foi árduo e repleto de obstáculos oferecidos pelos setores conservadores da sociedade brasileira. Bertha foi um importante ator político nesse sentido na década de 1930, momento em que o Brasil

¹⁶ Para maiores detalhes da vida e da trajetória de Bertha na política brasileira, ver: MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. *Bertha Lutz. In: Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. Ver também o sítio do projeto “Museu Virtual Bertha Lutz”: <http://lhs.unb.br/bertha/>

presenciou um dos movimentos históricos de negociação acerca dos direitos civis das mulheres - o segundo teria lugar na década de 1950.¹⁷

A respeito do feminismo defendido por Bertha e de suas ações políticas referentes ao âmbito doméstico da política brasileira, pode-se dizer que se tratou de uma abordagem estratégica e muito cautelosa. Sua principal biógrafa, Rachel Soihet, define muito bem o perfil do feminismo empreendido por Bertha. Segundo Soihet, Lutz usa estratégias políticas pensadas para conseguir transitar propostas no Congresso, um ambiente dominado por figuras masculinas, e conseguir colocar aos poucos as questões feministas que ela julgava importante em pauta.¹⁸ Ou seja, trata-se de um feminismo tático, que se adapta ao jogo político vigente como forma de possibilitar o diálogo entre as partes dominadas e dominantes. Um exemplo de como Bertha fazia isso no Brasil é a apropriação do maternismo pelo discurso feminista como uma justificativa para a aprovação do voto feminino, uma vez que são as mulheres que dão à luz o futuro da pátria, além de serem elas que lidam diretamente com a gerência do lar, que, no discurso das feministas, era tido como uma pequena representação do Estado.

Se, nos anos 1920 e 1930 Bertha atuou, sobretudo, dentro da política doméstica do país, a partir da década de 1940 a sua presença como representante do país no exterior começa a ser mais recorrente, principalmente por conta do fim de sua carreira parlamentar com o Estado Novo de 1937. A primeira aparição de Bertha no circuito internacional foi em 1919, quando representou o Brasil, junto com a paulista Olga de Paiva Meira, no Conselho Feminino Internacional, órgão da Organização Internacional do Trabalho. Nesta conferência, foram aprovados os princípios de igualdade salarial entre homem e mulher e a inclusão das mulheres no serviço de proteção ao trabalhador.

¹⁷ A luta pelos direitos civis das mulheres foi marcada por dois movimentos históricos de negociação. O primeiro tem lugar nas décadas de 1920 e de 1930, tendo Bertha Lutz e a FBPF como protagonistas. O segundo ocorre na década de 1950, e tem o deputado Nelson Carneiro como o maior aliado das mulheres na luta pelos direitos civis. Em 1952, o senador apresentou um projeto de lei que iria mudar o status das mulheres casadas, no entanto o projeto sofreu muita resistência na sua tramitação. Após muita negociação, aprovou-se em 1962 uma peça legislativa que abolia a incapacidade jurídica da mulher casada. A conquista, no entanto, era limitada por uma série de emendas de caráter conservador que foram adicionadas ao projeto. Ver: Marques, Teresa. Melo, Hildete. *Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962. Ou como são feitas as leis*. In: Revista de Estudos Feministas. Vol.16 nº.2 Florianópolis May/Aug. 2008

¹⁸ Rachel Soihet, professora da Universidade Federal Fluminense, defende que o feminismo empreendido por Bertha e suas companheiras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino tinha um caráter tático, já que agiam de forma a subverter as representações simbólicas desfavoráveis à causa feminina para usá-las a seu favor. Ver: Soihet, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis/ Santa Cruz do Sul: Editora das Mulheres; EDUNISC, 2006.

Em 1922, Bertha Lutz representou o Brasil como delegada oficial à I Conferência Pan-Americana de Mulheres, nos Estados Unidos.

A Conferência de São Francisco reuniu, no ano de 1945, cerca de 50 representações de países aliados ao término da Segunda Guerra Mundial. O principal objetivo era o de criar um organismo internacional que substituísse a Liga das Nações, de forma a garantir mais efetivamente a manutenção da paz e da segurança internacional. As discussões se basearam, em grande parte, naquilo que havia sido proposto em uma conferência realizada em outubro de 1944, liderada pelos países proponentes do final da Guerra - a princípio Estados Unidos, Reino Unido, União Soviética e China. Esta conferência, conhecida como Dumbarton Oaks, lançou as bases para o estabelecimento da nova ordem mundial no pós-guerra.

No entanto, as propostas desta conferência favoreciam os países que saíram da guerra com uma posição mais proeminente no contexto mundial. Nesse sentido, percebemos que se estabeleceu durante as reuniões da conferência de São Francisco uma discussão muito ferrenha, com uma defesa muito intensa, acerca da aprovação do princípio de igualdade como orientador das relações internacionais. É por aí que se explica o porquê das mulheres representantes de países da América Latina terem tido um papel mais ativo nessa questão do que mulheres representantes dos Estados Unidos, por exemplo. Bertha, ao comentar a Conferência de São Francisco, é bem clara sobre essa questão:

From the observations made during the conference the writer of this report takes the following conclusions:

1. There is a great current of conservation among the women of the United States and perhaps among some of the British women. The division of opinion as to the Equal rights amendment patronized by the National Woman's Party, whose methods as less acceptable than their ideas, spills over into the international movement and causes great difficulties for the women from other countries at international conferences.

2. The women of the Latin American republics seemed much more progressive than those of countries where the vote has been granted long ago. The women from the dominions are probably progressive too.

3. The men from almost every country seemed eager to have women's cooperation, to grant them rights and to show their appreciation of women's collaboration, to grant them rights in winning the war.¹⁹

¹⁹ Cópia do relatório de Bertha sobre a Conferência de São Francisco, em junho de 1945. Museu Nacional; Fundo Bertha Lutz [BR MN. BL. O. FEM 6/25]

A presença feminina na conferência de 1945 foi garantida por algumas poucas mulheres integrantes das delegações dos países - Bertha Lutz é um caso -, e por organizações não governamentais de mulheres, a exemplo da *Australian Women's Organisations* e a *Confederated Association of Women of Brazil*. Vale frisar aqui, que mesmo com essas participações femininas, San Francisco ainda foi uma conferência que contou com uma maioria massiva de homens participantes. A própria Bertha informa, em um parecer sobre a reunião, que as mulheres representavam apenas cerca de 1,5% das delegações ali presente:

There were relatively very few women at the San Francisco Conference; as compared to men, they made up about one and a half percent of the delegations.

Canada, the U.S.A. Santo Domingo, Brasil, Uruguay and China had women delegates. There were two from Britain, but they were alternates to the four principal delegates. Mexico, Venezuela, Australia and Norway sent women advisors. There were a few women in the Press Service and other auxiliary posts in the delegations of France, Equador and Iran. There were many women clerks present. The delegates, alternates and advisors were the only ones who could take part in the meetings.²⁰

Mesmo assim, a Carta das Nações Unidas foi o primeiro documento fruto de negociações em âmbito internacional que garantiu a igualdade de direitos civis entre homens e mulheres como um princípio constituinte dos direitos humanos.²¹ A história da Conferência de São Francisco, no entanto, geralmente segue a linha da história política apresenta um enredo em que o mote explicativo é a organização da nova ordem mundial no pós-guerra. E também apresenta o peso da reunião antecedente a ela, que envolveu apenas as potências vencedoras do conflito.

Portanto, para entender como a questão da igualdade foi discutida e trabalhada como importante pauta da agenda política de São Francisco, é preciso aprofundar a análise para a atuação de representantes que realmente abraçaram esta causa e fizeram diferença nos bastidores da elaboração da Carta das Nações Unidas.

²⁰ Cópia do relatório de Bertha sobre a Conferência de São Francisco, em junho de 1945. Museu Nacional; Fundo Bertha Lutz [BR MN. BL. O. FEM 6/25]

²¹ Skard, Torild. Getting our history right: How were the equal rights of women and man included in the Charter of the United Nations. *Forum for Development Studies* | No. 1-2008.

Além de Bertha, a ação de alguns outros delegados revela mais aspectos de todo o lobby político que acontecia na reunião, além de destacar a importância individual dentro do decorrer de alguns acontecimentos. Um exemplo importantíssimo é o embaixador da África do Sul, General Smuts, que foi o principal defensor da ideia da igualdade e trabalhou próximo à Bertha em sua defesa, muito por conta de suas convicções pessoais.²²

A atuação da delegada Jessie Mary Grey Street também foi relevante durante a conferência. Apesar de Bertha não citar muito seu nome em seus registros, Jessie Street é um importante símbolo da luta pelos direitos das mulheres na Austrália.²³ Embora tivessem discordâncias filosóficas, Bertha e Jessie Street colaboraram estreitamente para fazer passar a proposta de redação do preâmbulo da Carta de ONU. Assim, durante a conferência, sabemos que Street foi um importante ator político pela defesa da igualdade não só entre países, mas também em termos de raça e gênero. Ela foi uma grande política e defendia os direitos trabalhistas das mulheres desde o início do século XX, além disso, também era ativista política pela defesa dos direitos indígenas australianos.²⁴

Percebemos, portanto, que a análise da ação individual – e as motivações pessoais – de determinadas pessoas dentro de um evento amplia as possibilidades explicativas e fornece novos prismas para escrita histórica. Segundo os registros e relatos da delegada Bertha Lutz, percebemos que a defesa da igualdade em sua plenitude veio principalmente das representações de países que eram ex-colônias. Ou seja, além de toda a questão sempre muito abordada que se refere ao resgate e à defesa dos Direitos Humanos, podemos abrir outra porta para se explicar as articulações políticas que se deram na Conferência de São Francisco.

²² “The Head of the South African Delegation (Field Marshall Smuts) put in a declaration to the effect that men and women had equal rights, into the Preamble.” (Relatório de Bertha sobre a Conferência de São Francisco, em junho de 1945. Museu Nacional; Fundo Bertha Lutz [BR MN. BL. O. FEM 6/25])

²³ “The Australian woman helped mightily, though I do not share her labour views. The best help I got was from the Latin American women, especially the senator from Uruguay before she left.” (Carta de Bertha Lutz sobre a Conferência de São Francisco para sua amiga e colega Corbett Ashby em agosto de 1945. Museu Nacional; Fundo Bertha Lutz [BR.MN.BL.0.FEM.3/12])

²⁴ Há, dentre os movimentos feministas australianos, e também dentre o meio acadêmico, a preocupação de preservar a memória de Jesse Street. Dentre várias iniciativas, tive como inspiração e fontes de informação o site: <http://jessiestreettrust.org.au/>. Um exemplo de como uma figura pode se tornar representante de todo um movimento social e político, e ainda ser reduto de suas histórias.

Em uma carta a sua amiga D. Jeronima Mesquita, Bertha Lutz esclarece muito bem a sua função dentro da Conferência como delegada brasileira e tece comentários a respeito das posições gerais das delegações:

A Conferência é difícilíssima. O Ministro tem me prestigiado muito e estou na Comissão a qual incumbe o assunto mais grave, o de a emendar a Carta que consagre o direito de veto. Não sendo possível emendá-la, ficarão todos os países pequenos sob a tutela dos grandes que poderão vetar tudo.

No primeiro turno consegui obter ambiente favorável junto aos grandes e obter grande maioria em pequenos. Foi adiado o assunto. É preciso coragem para se enfrentar a ditadura possível das grandes potências, enquanto elas estão relativamente debilitadas por causa da guerra. Com a Inglaterra e a América é possível lidar-se, mas os Russos estão inteiramente alheios ao resto do mundo, sendo difícil fazer contato com o elemento jovem. A China e França foram elevadas acima de sua capacidade, daí as dificuldades aumentaram em vez de decrescerem.²⁵

Ou seja, percebemos que havia por parte das representações de países menores a consciência e a preocupação de participarem mais efetivamente da construção de tal nova ordem mundial. Por isso a Conferência de Dumbarton Oaks é importantíssima para compreender os rumos da Conferência de São Francisco em 1945. As propostas para uma nova organização internacional elaboradas naquela reunião não contemplava os direitos humanos em quase nenhum de seus pontos. A única menção a eles aparece em um dos capítulos finais do documento, onde é declarado que a Organização deveria fazer papel de mediação entre problemas econômicos ou sociais de âmbito internacional, e promover o respeito aos direitos humanos.²⁶ Sendo assim, o documento apresentado por essa conferência não corresponderam às expectativas do movimento em prol dos direitos humanos que começou a surgir já nos primeiros anos do conflito mundial. Dessa forma, a Conferência de São Francisco foi palco para que também as reivindicações sobre os direitos humanos ganhassem força.

²⁵ Carta de Bertha Lutz sobre a Conferência de São Francisco para sua amiga e colega D. Jeronima em maio de 1945. Museu Nacional; Fundo Bertha Lutz [BR.MN.BL.0.FEM.1/112]

²⁶ Burgers, Jan Herman. The Road to San Francisco: the revival of the human rights Idea in the twentieth century. In: Human Right Quarterly, The Johns Hopkins University Press, 1992. Nº 447

E o ressurgimento da discussão acerca dos direitos humanos estabeleceu terreno fértil para a articulação dos movimentos feministas em busca da igualdade de direitos. Além de todo o histórico do movimento de mulheres, e de já existir um feminismo internacional articulado desde finais do século XIX, o resgate do debate acerca dos direitos humanos e o apreço pelo princípio da igualdade como uma bandeira nacional de vários países propiciou uma ferramenta a mais para que as mulheres colocassem suas questões na agenda de discussão.

Fica claro, portanto, que a Conferência de São Francisco, quando analisada a partir das ações individuais, abre espaço para reflexões de outros tipos e possibilitam a elaboração de novas hipóteses e novos temas que poderiam partir deste evento em específico. Isso a partir do uso de registros e impressões de pessoas que participaram ativamente do ocorrido e podem, a partir de seus relatos, abrir novas possibilidades para o historiador.

2.2 História e Memória: a biografia como ponte

A partir dos relatos e impressões de Bertha Lutz sobre a Conferência de São Francisco, nota-se que o método biográfico apresenta um aspecto funcional ao abrir novas questões para um fato histórico. Segundo Francois Dosse, em ‘O desafio biográfico’, a biografia, no decorrer das mudanças que a historiografia sofreu a partir da década de 1960, deixa de ser um caminho para uma abordagem universal, ou então um simples exemplo de caso; mas sim uma ferramenta para se valorizar o sujeito histórico e revitalizar as reflexões concernentes à historiografia.

A biografia, por tratar do estudo da vida ou das ações de um indivíduo em particular, lida diretamente com as questões da memória. Sendo assim, dentro das discussões entre história e memória, a biografia e seus métodos podem ter muito a oferecer. Talvez o ponto mais crucial nessa relação seja a diferença entre a pesquisa histórica e a experiência do passado. Segundo Aleida Assman, essa diferenciação não compromete o processo de escrita da história.²⁷ Na realidade, ela defende que a memória experiencial dos indivíduos (ou seja, a experiência direta do passado) deve se transformar em memória cultural.

Na visão de Asseman, portanto, existem dois tipos de memória: a memória viva, referente às recordações daqueles que viveram a experiência – portanto é uma memória individual -, e a memória cultural, que é construída a nível coletivo e obedece às lógicas de esquecimento e recordação. Nesse sentido, existem várias formas de transformar a memória individual em memória cultural, e ela destaca principalmente as mídias, os discursos políticos e os monumentos.

A história, portanto, como disciplina que tem como objeto de estudo principal o passado, também é uma forma de realizar essa transição. Em “Espaços da Memória”, Aleida Assmann reúne diversos artigos que tratam da memória como elemento essencial para a história. Ou seja, ela reforça a ideia de que história e memória não são opostas e nem tampouco sinônimos, mas que a história é um tipo de recordação do passado que pode se utilizar da memória individual de uma pessoa – aliás, é válido ressaltar também

²⁷ Nesse sentido, Assman vai de encontro à visão de Koselleck. Segundo ele, a história necessita do esquecimento completo para ser considerada ciência. Ou seja, a cientificidade do discurso histórico depende uma mortificação do passado. Segundo Asseman, o processo do conhecimento histórico é o contrário: ele depende justamente da existência da memória viva para estabelecer uma conexão entre o passado e o discurso histórico. Assmann, 2011: 18 -19

que o tema ‘memória’, em si, escapa das fronteiras da história e também é tema da psicologia, sociologia, ou seja, é um tema multidisciplinar.²⁸

Outro ponto a se considerar, no entanto, é que a história consiste em uma narrativa sobre o passado que pretende dar um sentido ao acontecido. Ou seja, no nível do discurso, a história se afasta da memória individual. Segundo Paul Ricoeur, a narrativa histórica se distancia do discurso da memória em três níveis. O primeiro é no nível do estabelecimento dos fatos: enquanto a memória depende de diversos fatores, psíquicos, inclusive, a história se baseia principalmente em documentação.²⁹ O segundo nível se refere ao objetivo da história: a narrativa histórica busca primeiramente por explicações, a partir de causas ou pelas motivações de determinado evento. Segundo Ricoeur, o discurso da memória não tem controle sobre esses fatos. O terceiro nível é o que mais separa a história da memória: o da composição. É nele que a narrativa histórica ira tentar se provar como científica e firmar um conhecimento atestado em fatos.

A história, na busca pela objetividade metodológica, por vezes nega a relação com a memória ao tentar negar a presença do passado durante a realização do trabalho historiográfico – o passado deveria estar presente apenas através da documentação. Segundo Ricoeur, a memória é uma maneira de conservar a relação do homem com o passado, e a negação desta relação é negar também a relação existente entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativas, conceitos definidos por Reinhart Koselleck.³⁰ Segundo ele,

This dialectic tends to be obscured by history, which focuses on the events on human beings of the past methodically and with, as it were, a gaze that is professionally sharpened to such a degree that we might well be led to believe it possible to have an interest in history that is cut off from any connection do

²⁸ Ela chama atenção para diversas inovações no campo da tecnologia e da fisiologia que lançam novas luzes para se discutir a memória. Ou seja, a memória é uma questão que nenhum campo científico pode monopolizar Assmann, 2011. P20)

²⁹ Podemos aqui fazer uma relação quando ao armazenamento de informação e a construção de sentido. A memória necessita de um receptáculo para resistir ao tempo, mas o discurso da memória não se resume a informações factuais sobre o passado, ele também é dotado de sentido.

³⁰ Reinhart Koselleck, em *Futuro Passado*, estabelece os termos horizonte de expectativas e espaço de experiência como elementos que dotam de sentido o tempo histórico. Ricoeur utiliza estes termos para construir seu argumento sobre a importância da memória como elo entre a história e a consciência histórica.

the present and the future. It is only memory, which turns again, and in a renewed way, to the future, that restores the links between the work of the historian and historical consciousness.³¹

A memória, nesta perspectiva, estabelece ligação entre a narrativa história com a consciência histórica: ou seja, é a partir da memória que a narrativa sobre o passado adquire sentido e se constitui em um discurso cognoscível. É a memória que garante que a história tenha uma representação válida no presente. Dentro desta perspectiva, de representação e significado na história, a biografia é de grande importância: além de trabalhar diretamente com a memória viva, ela pode dar mais aspectos para que o discurso histórico estabeleça tal relação com o presente, e principalmente com um grupo em específico. Ou seja, a partir dela a memória viva e individual, pode se transformar em memória coletiva de forma mais eficiente.

Nesse sentido, é interessante perceber que a história, como forma de construção da memória cultural coletiva, apresenta sentido político e corresponde diretamente a prerrogativas do presente. No caso de Bertha Lutz, ela mesma se preocupou em organizar todos os documentos e relatos que fossem referentes a sua trajetória política, ou seja, houve uma seleção por parte dela do que poderia ser acessado sobre seu respeito. O biógrafo, consciente deste fato, pode acrescentar ainda mais reflexões sobre a trajetória de seu personagem.

Bertha Lutz, por exemplo, realizava uma ação política muito bem orientada seguindo sempre pautas políticas muito bem definidas. Tinha consciência de sua posição de líder do movimento feminista em busca do sufrágio feminino e se preocupava com os rumos que a FBPF tomaria. A partir do estudo sobre a vida de Lutz, temos acesso mais próximo e vívido das condições das mulheres à época, além das relações que as diferentes visões e lideranças feministas travavam entre outros fatores.

A memória individual, portanto, se bem trabalhada pelo historiador, torna-se um elemento essencial para o trabalho historiográfico no sentido de enriquecer as percepções da experiência histórica e abrir novas janelas para interpretação do passado.

³¹ Ricoeur, Paul. *Memory, forgetting, history*. Rusen, Jorn, ed. *Meaning and representation in history*. Vol. 7. Berghahn Books, 2007. (Ricoeur, 2007: p. 10)

Conclusão

Conclui-se então que a biografia pode ser considerada uma forma de articular melhor a relação entre memória e história. Considerando que ambas são formas de recordação, e que a história necessita do vínculo com o passado para poder produzir um discurso com significado, a biografia – e seus métodos – ser releva importante instrumento para resgatar a dimensão do individuo na história.

A análise de um evento histórico a partir da ação individual, procurando as intenções e motivações de uma só pessoa, gera novas perspectivas e possibilita novas propostas para a interpretação do passado. Ou seja, a biografia, como método historiográfico, forneceu novas maneiras para a história se relacionar com o passado, possibilitando a utilização da memória de um individuo como forma de acessar o passado. A biografia se transformou em uma ponte entre a história e a memória.

E isso tudo se deve às mudanças que a historiografia passou nas últimas décadas. A rejeição às explicações monolíticas sobre o passado, a necessidade de se encontrar um sujeito plural para a história, a busca pelas motivações pessoais e pela consciência histórica dos atores foram elementos que se fizeram presente nas discussões historiográficas desde meados do século XX e moldaram a maneira como a biografia foi resgatada e ressignificada.

Para o conhecimento histórico, portanto, defendo principalmente a biografia como método de escrita. A biografia como gênero envolve questões muito mais profundas que, inclusive, transbordam os limites da história e avançam em outras disciplinas. Não trato, portanto, da biografia como a escrita de forma cronológica da vida de uma pessoa: onde ela nasceu, como viveu e quando morreu. Mas sim como a valorização da ação individual dentro de um evento específico, e o estudo desta ação como forma de se problematizar o todo.

Ou seja, ao estudar a atuação da delegada Bertha Lutz na Conferência de São Francisco, ciente de suas convicções políticas e sabendo de grande parte de suas motivações, levantam-se novas questões políticas e de interpretações quanto ao decorrer dos fatos que a historiografia convencional não proporciona. É possível, por exemplo, levantar várias questões sobre os feminismos e suas articulações a nível internacional, podemos questionar também, a partir da atuação de Bertha e outros delegados, a posição dos países menores dentro da reunião de São Francisco, dando a eles uma posição mais

ativa dentro da reunião, e não se simples observadores da formação da nova ordem mundial.

Além disso, entendemos também que a biografia permite acessarmos os setores das sociedades que por muito tempo não foram contemplados pela historiografia, mas que exerceram papéis importantíssimos na história. A presença e o papel feminino na Conferência de São Francisco não seria assinalado caso não houvesse o trabalho minucioso de descer à dimensão individual, ultrapassando a explicação política cujo o contexto geopolítico oferece. Ou seja, a inserção de um dispositivo que promove a igualdade entre homem e mulher na Carta da ONU tem um valor simbólico para a luta feminista. Segundo a edição do dia 12 de junho de 1945, o jornal ‘A Manhã’, a própria Bertha Lutz *‘declarou desejar que a carta explique com mais detalhes o tópico da igualdade de direitos e outros objetivos sociais; mas a simples menção deles já é um grande passo.*³² Para além contexto geopolítico do pós-guerra que deu lugar a uma nova discussão sobre direitos humanos e igualdade, assumindo novo ímpeto na discussão política, esse feito foi possível graças à atuação da Bertha Lutz, em cooperação com outras feministas – denunciando uma interação entre os vários feminismos e suas representantes de outros países.

A memória individual, portanto, é importante e constitui uma importante forma de acesso ao passado, além de poder ser representante de uma memória coletiva. A biografia, portanto, como forma de escrita historiográfica, transforma a memória individual em material para a escrita da história, e lhe dá significado. Ou seja, a biografia é uma ponte entre a memória e a história, pois ela é um elo entre essas duas formas de recordação.

³² ‘Últimos dias da Conferência de São Francisco’. *Correio da Manhã* (Rio de Janeiro), 12/06/1945

Bibliografia

Museu Nacional/Projeto Semear

Carta de Bertha a Carrie C. Catt, em 10/4/1944. [Museu Nacional/Semear; Fundo Bertha Lutz.; cx. 6, D.P. pasta 7]

Carta de Bertha a Corbett Ashby, em 11/10/1945. Museu Nacional/Semear; Fundo Bertha Lutz [BR.MN.BL.0.FEM.3/12]

Carta de Bertha a D. Jeronyma, em 03/05/1945. Museu Nacional/Semear; Fundo Bertha Lutz [BR.MN.BL.0.FEM.1/112]

Livros e artigos:

ASSMAN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Editora da Unicamp, 2011

BURGERS, Jan Herman. The Road to San Francisco: the Revival of the Human Rights Idea in the Twentieth Century. *Human Right Quarterly*, The Johns Hopkins University Press, 1992. Nº 447

DESAN, Suzanne. "Massas, comunidade e ritual na obra de EP Thompson e Natalie Davis." *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes (1992): 63-96.

DEL PRIORE, Mary. "História das mulheres: as vozes do silêncio." *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto (1998): 217-236.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. Edusp, 2009.

HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Koselleck, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006.

LORIGA, Sabina. *O pequeno X: da biografia à história*. Belo Horizonte: Editora Autênciã, 2011.

LORIGA, Sabina. *A biografia como problema*. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. (PP. 225-249)

MARQUES, Teresa C.N; MELO, H. Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962. Ou como são feitas as leis. *Revista de Estudos Feministas*, vol.16, nº.2, Florianópolis, Maio/Agosto 2008.

MARQUES, Teresa Cristina N. Verbetes “Bertha Lutz”, In: SCHUMAHER, Schuma; BRASIL, E. *Dicionário Mulheres do Brasil*. 2ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001s.

_____. Verbetes “FBPF”, In: SCHUMAHER, Schuma; BRASIL, E. *Dicionário Mulheres do Brasil*. 2ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001s.

_____. Entre o igualitarismo e a reforma dos direitos das mulheres. Bertha Lutz na Conferência Interamericana de Montevideú, 1933. *Estudos Feministas*, 21(3): 927-944, set.-dez./2013.

MATOS, Maria Izilda. "História das Mulheres e Gênero: usos e perspectivas." *Olhares feministas. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO* (2009).

MOMIGLIANO, Arnaldo. *The development of greek biography*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993

RICOEUR, Paul. Memory, forgetting, history. Rusen, Jorn, ed. *Meaning and representation in history*. Vol. 7. Berghahn Books, 2007.

RUPP, Leila J. *Worlds of Women: the making of na international women's movement*. New Jersey: Princeton University Press, 1998.

SKARD, Torild. Getting our history right: How were the equal rights of women and man included in the Charter of the United Nations. *Forum for Development Studies*, nº. 1-2008.

SOIHET, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis/ Santa Cruz do Sul: Editora das Mulheres; EDUNISC, 2006.